



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 91/XIII/ 2.ª SL

Aos 22 dias do mês de março de 2017, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 89/XIII/2.ª e 90/XIII/2.ª, relativas às reuniões de 14 e 15 de março de 2017
2. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 510/XIII/2.ª (BE) – Recomenda ao Governo a imediata e total requalificação da EN125 entre Vila do Bispo e Vila Real de Santo António e a reposição da construção das variantes e outros troços que constavam no contrato inicial
3. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 548/XIII/2.ª (BE) – Estação de São Bento e 594/XIII/2.ª (PCP) – Pela defesa e valorização da estação de São Bento (Porto)
4. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 428/XIII/1.ª (PCP) – Recomenda ao Governo a assunção de compromissos com a calendarização das construção e qualificação da rede viária do distrito de Beja, em função das necessidades das populações e dos agentes económicos da região
5. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 431/XIII/1.ª (PCP) – Defende a valorização da linha ferroviária do Alentejo e a promoção da mobilidade ferroviária no distrito de Beja
6. Apreciação e votação do relatório final sobre a Petição n.º 79/XIII/1.ª – Pretende impedir benefícios a empresas que despeçam trabalhadores  
– Relator: Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP)
7. Petição n.º 275/XIII/2.ª – Solicita diligências para a criação de seguros para acidentes de viação com animais selvagens



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 91/XIII/ 2.ª SL

- Apreciação e votação da nota de admissibilidade
- Nomeação de relator (cabe ao PSD)

#### 8. Outros assuntos

---

Por impossibilidade de presença do Senhor Presidente no início da reunião, assumiu a presidência o Senhor Vice-Presidente, Deputado Fernando Virgílio Macedo.

#### **1. Apreciação e votação das atas n.ºs 89/XIII/2.ª e 90/XIII/2.ª, relativas às reuniões de 14 e 15 de março de 2017**

Iniciada a reunião, o Senhor Presidente submeteu a apreciação e votação as atas n.ºs 89/XIII/2.ª e 90/XIII/2.ª, relativas às reuniões de 14 e 15 de março de 2017, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, do PEV e do PAN.

#### **2. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 510/XIII/2.ª (BE) – Recomenda ao Governo a imediata e total requalificação da EN125 entre Vila do Bispo e Vila Real de Santo António e a reposição da construção das variantes e outros troços que constavam no contrato inicial**

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado João Vasconcelos (BE), que apresentou o projeto de resolução. Realçou o facto de as obras de requalificação da EN125 terem ficado paradas durante muito tempo, estarem ainda paradas nalguns pontos entre Vila do Bispo e Olhão bem como o facto de ainda não terem começado entre Olhão e Vila Real de Santo António. Toda esta situação tem provocado grave constrangimento de mobilidade no Algarve, agravada desde a introdução de portagens na A22, que provocou um grande aumento de tráfego na EN125. Em seu entender, a requalificação que está a ser feita deixa muito a desejar, com muitos erros técnicos. Informou que, em 2016, se tinham registado 10241 acidentes no Algarve, o que, em



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 91/XIII/ 2.ª SL

seu entender, foi potenciado pela introdução das portagens na Via do Infante. Concluiu, dando conta dos termos resolutivos.

Usaram da palavra, a este propósito, os Senhores Deputados Cristóvão Norte (PSD), António Eusébio (PS), Pedro Mota Soares (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP).

O Senhor Deputado Cristóvão Norte (PSD) começou por lembrar que, na campanha eleitoral, tanto o PCP como o BE e o PS assumiram a requalificação da EN125 como investimento estratégico e prioritário para o Algarve. Passado um ano e meio, ainda não se conseguiu distinguir, no quadro dos acordos reforçados entre essas três forças políticas, quais as obras que consideravam prioritárias para o Algarve. Referiu que as obras nesta via não se realizaram entre 2011 e 2014 porque o concessionário não se conseguiu financiar e não por uma decisão unilateral do Governo de então. Lembrou o processo de renegociação desta parceria público-privada (PPP), com dois propósitos, sendo um deles a redução da taxa interna de rentabilidade desta PPP, que se situava em 7,2% e o Governo pretendia reduzi-la para 5,2%, mas isso não se verificou, as obras estiveram paradas durante sete meses. Afirmou também que se sabia bem por que razão não houve obras de requalificação entre Olhão e Vila Real de Santo António, era porque tinha havido uma quebra profunda do investimento público entre o final de 2015 e 2016. Lembrou também que uma semana após as eleições o atual Secretário de Estado das Pescas, que era o cabeça-de-lista do PS pelo círculo eleitoral de Faro, tinha enviado uma carta ao Presidente da Infraestruturas de Portugal a solicitar a redução das portagens na Via do Infante em 50%, mas até ao momento essas portagens foram reduzidas em 15%, que é o mesmo que o anterior Governo tinha feito em 2012. Concluiu, afirmando que, se havia condições económicas, em função deste tempo que não compreende uma nova austeridade, o autor do projeto de resolução devia persuadir os seus colegas para realizar este objetivo que interessa a todos.

Pelo Senhor Deputado António Eusébio (PS) foi afirmado que, enquanto o PSD tinha sido Governo e tinha sido solicitada a redução ou suspensão das portagens na A22 durante a requalificação da EN125, o PSD nada tinha feito. Esclareceu que o que o PS tinha proposto era que houvesse uma redução de 50% numa perspetiva progressiva



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 91/XIII/ 2.ª SL

até à abolição de portagens, tendo começado com 15%, que pode considerar-se pouco e sem efeito na receita, mas é um caminho que se faz. Lembrou que as portagens na A22 só tinha sido estabelecidas por imposição do PSD, na altura. Não se sabia se o projeto inicial de obras era ou não megalómano, mas tinha características suficientes para minimizar o número de acidentes e de mortos e dar garantias de segurança na circulação. Afirmou também que a negociação que o PSD tinha levado quatro anos a fazer não tinha implicado poupança porque a obra não se tinha feito e os cidadãos nada tinham ganho, ficando com obras a meio durante cinco anos. Em 2016 verificou-se que não havia visto do Tribunal de Contas, a obra não tinha sido lançada e ainda pertencia à concessionária. Concluiu, referindo que as obras no troço entre Olhão e Vila Real de Santo António tinham início previsto durante 2017 e que as obras entre Olhão e Vila do Bispo estavam atrasadas, pois estava previsto terminarem antes do Verão.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) lembrou que em 2009 tinha sido aberta uma concessão para as estradas nacionais do distrito de Faro num total de 274 km, com a beneficiação e requalificação das existentes e construção de novas variantes à EN125; que as obras na EN125 deveriam ter terminado em 2012, mas isso não aconteceu porque o país entrou numa dificuldade financeira muito grande e muitas empresas não conseguiram financiar-se, tal como aconteceu com esta concessionária. Concordou que, se havia um conjunto de investimentos públicos e não são fitos não há uma poupança, há uma cativação de investimento público, que tem um conjunto de consequências efetivas na vida das pessoas. Informou que o CDS-PP tinha feito uma pergunta ao Governo sobre esta matéria e a resposta que recebeu foi que até ao Verão as obras entre Olhão e Vila do Bispo estariam concluídas.

Finalmente, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) lembrou a Resolução da Assembleia da República n.º 61/2016, aprovada em 23 de março de 2016, sobre a mesma matéria, tendo dado conta dos diversos pontos dessa resolução e registado com alguma perplexidade o facto de a Assembleia da República estar agora a discutir uma resolução igual. Considerou que o assunto continuava muito atual, porque as recomendações aprovadas há um ano não tinham ainda sido concretizadas, mas entende que ignorar aquela resolução e colocar tudo à discussão de novo não fazia



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 91/XIII/ 2.ª SL

sentido. Realçou a posição já tomada pela Assembleia da República e considerou importante que esta fiscalizasse a ação do Governo quanto ao cumprimento das recomendações do Parlamento. Concluiu, afirmando que, do ponto de vista substancial, reafirmar uma posição colocando-a como se fosse a primeira vez era algo que não era um bom contributo para a posição da Assembleia da República enquanto órgão de soberania.

Encerrou a discussão o Senhor Deputado João Vasconcelos (BE), afirmando que, infelizmente, as obras de requalificação da EN125 já duravam há muitos anos. Considerou importante reafirmar a posição da Assembleia da República sobre esta matéria porque a situação se tinha agravado nos últimos tempos. Discordou da intervenção do Deputado Cristóvão Norte, esclarecendo que as portagens da A22, criadas pelo Governo do PSD com o apoio do PS em 8 de dezembro de 2011, tinham ficado 30% mais caras do que a média das restantes portagens. Criticou igualmente a posição do PS, que defendia um desconto de 50% nas portagens da A22 e só fez um desconto de 15%. Afirmou que a renegociação feita pelo PSD tinha sido uma trapalhada, retirando muitas obras do contrato inicial, e concluiu realçando o aumento dos acidentes na EN125 nos últimos tempos.

### **3. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 548/XIII/2.ª (BE) – Estação de São Bento e 594/XIII/2.ª (PCP) – Pela defesa e valorização da estação de São Bento (Porto)**

Neste ponto da ordem do dia, usou da palavra o Senhor Deputado Jorge Campos (BE), para afirmar que o BE tem seguido com muita atenção este problema e quando teve conhecimento dele tomou a iniciativa de levar a cabo uma ação de denúncia de um processo que parecia contrariar princípios básicos da conservação e proteção do património, apresentando este projeto de resolução. Referiu que o Presidente da Câmara Municipal do Porto tinha rejeitado a hipótese de criação de um centro comercial na estação de São Bento, e isso estava em vias de ser abandonado, e que havia já um parecer da Direção-Geral do Património sobre a existência de um hostel num anexo da estação. Concluiu afirmando que o seu partido defendia a reabilitação



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 91/XIII/ 2.ª SL

do património e dos monumentos, mas esta deveria ser feita respeitando esse mesmo património. Por estas razões, o BE não poderia retirar o seu projeto de resolução, tal como tinha sido sugerido na reunião anterior.

Nada havendo a assinalar à informação distribuída, o Senhor Presidente referiu que a mesma estava em condições de ser enviada à Mesa da Assembleia da República, para votação dos projetos de resolução respetivos.

#### **4. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 428/XIII/1.ª (PCP) – Recomenda ao Governo a assunção de compromissos com a calendarização das construção e qualificação da rede viária do distrito de Beja, em função das necessidades das populações e dos agentes económicos da região**

A Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD) usou da palavra para informar que não teve oportunidade de estar presente na reunião em que se realizou esta discussão e que o seu grupo parlamentar irá também apresentar uma iniciativa sobre esta matéria.

Nada havendo a assinalar à informação distribuída, o Senhor Presidente referiu que a mesma estava em condições de ser enviada à Mesa da Assembleia da República, para votação do projeto de resolução.

#### **5. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 431/XIII/1.ª (PCP) – Defende a valorização da linha ferroviária do Alentejo e a promoção da mobilidade ferroviária no distrito de Beja**

Nada havendo a assinalar à informação distribuída, o Senhor Presidente referiu que a mesma estava em condições de ser enviada à Mesa da Assembleia da República, para votação do projeto de resolução.

#### **6. Apreciação e votação do relatório final sobre a Petição n.º 79/XIII/1.ª – Pretende impedir benefícios a empresas que despeçam trabalhadores**



## **COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

### **ATA NÚMERO 91/XIII/ 2.ª SL**

**– Relator: Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP)**

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) apresentou o relatório final sobre a Petição n.º 79/XIII/1.ª, de forma circunstanciada.

Submetido a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, do PEV e do PAN.

#### **7. Petição n.º 275/XIII/2.ª – Solicita diligências para a criação de seguros para acidentes de viação com animais selvagens**

**– Apreciação e votação da nota de admissibilidade**

**– Nomeação de relator (cabe ao PSD)**

A nota de admissibilidade foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade, com ausência do PCP, do PEV e do PAN.

Foi nomeado relator o Senhor Deputado Cristóvão Norte (PSD).

#### **8. Outros assuntos**

O Senhor Presidente informou que o PSD tinha apresentado um requerimento para que fosse agilizada a apreciação das iniciativas sobre o subsídio social de mobilidade que estão pendentes na Comissão. A este propósito, o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) informou que o seu grupo parlamentar iria apresentar um requerimento, para ser apreciado na reunião seguinte, para audição do Governo da Região Autónoma da Madeira e do Governo da Região Autónoma dos Açores.

O Senhor Presidente lembrou ainda que, na sequência das votações regimentais da sexta-feira anterior, tinham baixado à Comissão, para nova apreciação, por 45 dias, a Proposta de Lei n.º 50/XIII/2.ª, o Projeto de Lei n.º 450/XIII/2.ª (BE) e o Projeto de Resolução n.º 724/XIII/2.ª (BE), sobre transporte de passageiros em veículos a partir de plataforma eletrónica ou veículos ligeiros descaracterizados; e os Projetos de Lei n.ºs 438/XIII/2.ª (PSD), 439/XIII/2.ª (PSD) e 451/XIII/2.ª (PAN) e os Projetos de



## **COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

### **ATA NÚMERO 91/XIII/ 2.ª SL**

Resolução n.ºs 717/XIII/2.ª (PSD), 718/XIII/2.ª (PSD) e 727/XIII/2.ª (CDS-PP), relativos aos direitos dos consumidores.

A reunião foi encerrada às 12:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 de março de 2017.

**O VICE-PRESIDENTE**

**(FERNANDO VIRGÍLIO MACEDO)**





## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 91/XIII/ 2.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Costa Silva  
António Eusébio  
Bruno Dias  
Cristóvão Norte  
Emídio Guerreiro  
Fátima Ramos  
Fernando Virgílio Macedo  
Heitor de Sousa  
Helder Amaral  
Hugo Costa  
Hugo Pires  
Joel Sá  
Paulo Rios de Oliveira  
Pedro Coimbra  
Pedro Mota Soares  
Ricardo Bexiga  
António Cardoso  
Ascenso Simões  
João Vasconcelos  
Luís Vilhena  
Nilza de Sena

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Silva  
Carlos Pereira  
Fernando Jesus  
Heloísa Apolónia  
Luís Campos Ferreira  
Luís Moreira Testa

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Hortense Martins  
Luís Leite Ramos  
Paulino Ascensão